



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

**Processo nº** 16327.000106/2009-15  
**Recurso nº** Voluntário  
**Resolução nº** 3302-000.436 – 3<sup>a</sup> Câmara / 2<sup>a</sup> Turma Ordinária  
**Data** 19 de agosto de 2014  
**Assunto** COFINS DCOMP GLOSA INSUMOS COMISSÕES DE INTERMEDIAÇÃO E PROSPECÇÃO  
**Recorrente** UNIBANCO SEGUROS S/A (anterior UNIBANCO AIG)  
**Recorrida** FAZENDA NACIONAL

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em converter o julgamento em diligência, nos termos do voto da relatora.

(assinado digitalmente)

WALBER JOSÉ DA SILVA - Presidente.

(assinado digitalmente)

Maria da Conceição Arnaldo Jacó- Relatora.

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros Walber José da Silva (Presidente), Gileno Gurjão Barreto (Vice-Presidente), Alexandre Gomes, Fabiola Cassiano Keramidas Paulo, Guilherme Deroulede e Maria da Conceição Arnaldo Jacó.

Trata-se de Recurso Voluntário interposto em face do Acórdão nº 16-23.550 – 8<sup>a</sup> Turma da DRJ/SP1, prolatado em 19 de novembro de 2009, que, por unanimidade de votos, julgou improcedente a Manifestação de Inconformidade, nos termos da ementa e dispositivo a seguir transcritos:

*“ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE - SOCIAL - COFINS Ano-calendário: 2004 DECLARAÇÃO DE COMPENSAÇÃO. REGIME DE INCIDÊNCIA NÃO-CUMULATIVA. DESPESAS COM COMISSÕES DE INTERMEDIAÇÃO E PROSPECÇÃO. CRÉDITOS DE INSUMOS INEXISTÊNCIA.*

Documento assinado digitalmente conforme MCT nº 2.200-3 de 24/08/2001

Autenticado digitalmente em 05/09/2014 por MARIA DA CONCEICAO ARNALDO JACO, Assinado digitalmente em 05/09/2014 por MARIA DA CONCEICAO ARNALDO JACO, Assinado digitalmente em 07/09/2014 por WALBER JOSE DA SILVA

Impresso em 31/10/2014 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

*0 termo insumo não pode ser interpretado como todo e qualquer bem ou serviço necessário para a atividade da pessoa jurídica, mas, tão somente, aqueles bens ou serviços adquiridos de pessoa jurídica, intrínsecos à atividade, aplicados ou consumidos na fabricação do produto ou no serviço prestado. In casu, as despesas efetuadas com a aquisição de serviços de redes varejistas para realização das atividades de venda de Garantia Complementar, qualificadas como "Comissão de Intermediação" e "Comissão de Prospecção", não podem ser admitidas como geradoras de créditos de COFINS, pois que não possuem natureza de insumo.*

*Manifestação de Inconformidade Improcedente Direito Creditório Não Reconhecido Acórdão Acordam os membros da 8ª Turma de Julgamento da DRJ/SPO-I, por unanimidade de votos, CONSIDERAR IMPROCEDENTE A MANIFESTAÇÃO DE INCONFORMIDADE, não reconhecendo o direito creditório pleiteado, nos termos do voto do relator.”*

Na origem, o presente processo foi formalizado em face de Representação para análise manual de Declarações de Compensação formalizadas com a utilização do programa PERD/COMP e encaminhadas por meio da internet.

Transcreve-se a seguir a fundamentação consignada no Despacho Decisório exarado pela DEINF/SPO, em 12/02/2009, com homologação parcial das compensações declaradas pelo interessado (fls. 02 a 85), em razão de insuficiência do direito creditório pleiteado, consoante se extrai do relatório do Acórdão ora recorrido, ressaltando que a numeração das folhas ali citadas referem-se à numeração original, tendo em vista que o processo foi formulado em papel e, posteriormente, digitalizado para inserção no “e-processo”:

*“i) as Declarações de Compensações foram apresentadas por UNIBANCO AIG SEGUROS S.A., por sua sucedida, por incorporação, UNIBANCO AIG WARRANT S.A., CNPJ 03.051.290/0001-90, e pela sucedida desta, também por incorporação, GARANTECH GARANTIAS E SERVIÇOS S/C LTDA, CNPJ 02.730.821/0001-09, utilizando-se de alegados pagamentos a maior de COFINS realizados por esta última empresa, no ano-calendário de 2004;*

*ii) para o período de 02/2004 a 12/2004 a GARANTECH declarou na DIPJ e DCTF (fls. 238 a 247) valores devidos de COFINS apurados pelo regime não-cumulativo, sendo que pelo exame dos registros contábeis, - Razão e balancetes de verificação (fls. 159 a 162 e 164 a 231) -, em conjunto com a DIPJ/2005 (fls. 232 a 237) e pela análise dos documentos apresentados pelo interessado (fls. 94 a 157) em atendimento a intimação (fl. 89), constatou-se que houve irregularidade nos cálculos dos créditos descontados para apurar a COFINS a pagar do referido período: a GARANTECH considerou como “Serviços Utilizados como Insumos”, para fins dos descontos, os valores de “Comissão de Intermediação” e “Comissão de Prospecção”, o que desrespeita as regras legais, em específico os artigos 2º e 3º da Lei 10.833/2003;*

*iii) os termos do “Contrato de Prestação de Serviços de Contratação Garantias Complementares” (fls. 128 a 137) comprovam que os serviços prestados para a GARANTECH pelas redes varejistas são de*

Documento assinado digitalmente comprovando a autenticidade dos serviços prestados para a GARANTECH pelas redes varejistas são de

Autenticado digitalmente em 05/09/2014 por MARIA DA CONCEICAO ARNALDO JACO, Assinado digitalmente em

05/09/2014 por MARIA DA CONCEICAO ARNALDO JACO, Assinado digitalmente em 07/09/2014 por WALBER JOSE

DA SILVA

Impresso em 31/10/2014 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

*intermediação, sendo irregular considerar as referidas despesas como insumos para apuração do crédito descontado da COFINS a Pagar,*

*iv) conforme a IN SRF 404/2004, seguindo o sentido dado pela IN SRF 247/2002, alterada pela IN SRF 358/2003, o termo insumo não pode ser interpretado como todo bem ou serviço que gera despesa necessária para a atividade da empresa, mas sim apenas aqueles que, adquiridos de pessoa jurídica, são aplicados diretamente na prestação de serviço;*

*v) os serviços de intermediação e prospecção, embora passíveis de serem considerados necessários à atividade da GARANTECH, não são consumidos nos serviços que presta, de garantia complementar, constituindo apenas instrumentos facilitadores da relação "fornecedor x consumidor";*

*vi) a classificação indevida dos valores pagos por esses serviços redundou em apuração a maior do valor a ser descontado e, por consequência, em apuração a menor do valor da COFINS a Pagar para os meses de 02/2004 a 12/2004;*

*vii) com base no Razão e nos Balancetes de Verificação (fls. 159 a 162 e 164 a 231) e na Ficha 24, linha 03, da DIPJ/2005 (fls. 232 a 237), a autoridade elaborou planilha com a nova composição da rubrica "Serviços Utilizados como Insumos" (fls. 248 e 249), com a exclusão dos valores das Comissões de Intermediação e de Prospecção;*

*viii) com os novos valores de "Serviços Utilizados como Insumos", a autoridade efetuou a apuração correta dos créditos da COFINS, demonstrada na planilhas que preparou (fls. 250 a 253), bem como a apuração dos valores corretos a pagar da COFINS — Regime Não-cumulativo constante também de planilhas que elaborou (fls. 254 a 259);*

*ix) confrontados os valores de COFINS a Pagar com os pagamento realizados (fls. 260 e 261), constatou-se existência de excessos de pagamentos, mas em valores inferiores aos pleiteados, dos recolhimentos datados de 15/04/2004, 14/05/2004, 15/06/2004, 15/07/2004, 13/08/2004 e 15/12/2004;*

*x) efetuados os cálculos das compensações com base no Sistema de Apoio Operacional — SAPO (fls. 262 a 304), constatou-se que os créditos foram insuficientes para as compensações declaradas, conforme demonstrativo que apresenta (fls. 312 a 316);*

*xi) assim, apenas parte das compensações declaradas (fls. 02 a 85) foi homologada.”.*

Ainda segundo o relatório do Acórdão recorrido, a interessada apresentou Manifestação de inconformidade contra a Decisão da Delegacia jurisdicionante, em 22/04/2009 na qual apresenta as seguintes informações e razões, em resumo:

*“i) a decisão não merece prosperar porque se mostra dissociada da melhor aplicação ao caso concreto das normas relativas à sistemática não-cumulativa da COFINS, bem como porque erroneamente*

*aproximou, para o caso, o conceito de inumo, próprio das legislações do IPI e do ICMS, redundando em flagrante ilegalidade;*

*ii) as despesas assumidas com a remuneração das redes varejistas, parceiras para a viabilidade do modelo de negócio de Garantia Complementar adotado pelo autuado, são verdadeiros insumos, porque, ao contrário do que entendeu a DIORT/DEINF/SPO, essas redes não se comportam como meras facilitadoras da relação adquirente contratante e o autuado, mas como único meio pelo qual o autuado poderia exercer sua atividade de prestar garantia complementar: são elas que vendem o produto e firmam o certificado de garantia complementar, executando todos os atos necessários para sua formalização e estabelecendo o valor da remuneração do serviço contratado, conforme emos do Contrato de Prestação de Serviços na Contratação de Garantias Complementares, itens 2.1 e 2.2 (fls. 129 e 130);*

*iii) para que a GARANTECH possa contratar com o consumidor é necessário primeiro que o varejista parceiro (intermediário) e o consumidor (adquirente contratante) ajustem e aperfeiçoem a venda do produto, para que, ato contínuo, seja oferecida e contratada a Garantia Complementar pelo varejista parceiro que se incumbe de preencher e emitir o "Recibo de Garantia Complementar" ao consumidor, juntamente com uma cópia do "Termo de Condições Gerais de Garantia Complementar", em nome da GARANTECH; assim, caso não tivesse a interferência dessas redes varejistas, a GARANTEM não contrataria sequer uma garantia complementar, deixando evidente a imperiosidade de se considerar como insumo todas as despesas assumidas com a remuneração dessas redes varejistas;*

*iv) diferentemente do afirmado pela autoridade fiscal, - para a qual, com base no artigo 8º inciso II, b, da IN SRF 404/2004, os serviços prestados pelas redes varejistas deveriam ser aplicados ou consumidos nos serviços de garantia complementar -, deve ser entendido como "insumo" qualquer outro serviço essencial que contribui para um resultado ou para a consecução do serviço final prestado; esse serviço essencial deve ser considerado como custo do serviço prestado, não • como despesa normal da atividade da pessoa jurídica;*

*V) o mencionado normativo, a pretexto de interpretar o artigo 3º, inciso II, da Lei 10.833/2003, extrapolou sua vocação normativa interna corporis da RFB e feriu o princípio da estrita legalidade previsto no artigo 150, inciso 1, da CF, definindo "insumo", utilizado na prestação de serviço, como o aplicado ou consumido na prestação de serviço, aproximando-o de forma ilegal do conceito próprio do IPI e do ICMS, consoante entendimento de doutrinador manifestado em excerto que colaciona;*

*vi) o conceito de "insumo" para o IPI está estritamente relacionado a cada produto industrializado resultante da aplicação de matérias primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, enquanto, para PIS e COFINS, refere-se a totalidade das receitas auferidas, faturamento, as quais, para serem obtidas, exigem que se incorra numa gama de custos e despesas, em conformidade com entendimento de*

Documento assinado digitalmente co*doutrinador manifestado em excerto que colaciona;*

Autenticado digitalmente em 05/09/2014 por MARIA DA CONCEICAO ARNALDO JACO, Assinado digitalmente em 05/09/2014 por MARIA DA CONCEICAO ARNALDO JACO, Assinado digitalmente em 07/09/2014 por WALBER JOSE DA SILVA

Impresso em 31/10/2014 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

vii) a Lei 10.833/2003 não conceitua "insumos", nem remete a busca de seu conceito à utilização subsidiária da legislação do IPI, como ocorreu quando da instituição do crédito presumido de IPI em resarcimento ao PIS e à COFINS, de que trata a Lei 9.363/96;

viii) não existindo, assim, um sentido técnico conceitual para "insumos" no campo legal de incidência do PIS e COFINS, depreende-se que o legislador quis utilizar o sentido comum deste vocábulo na linguagem, consoante se pode extrair do artigo 11, inciso I, alínea a, da Lei Complementar 95/98; seu sentido em linguagem comum seria cada um dos elementos, diretos e indiretos, necessários à produção de produtos e serviços, como, por exemplo, matérias-primas, máquinas, equipamentos, capital, mão-de-obra, energia elétrica e outros, conforme consta do dicionário Houaiss da língua portuguesa e em consonância com o Dicionário Jurídico da Professora Maria Helena Diniz;

ix) o próprio Fisco Federal tem acatado como custos passíveis de creditamento certas despesas necessárias à viabilização da própria atividade do serviço prestado, a exemplo das Soluções de Consulta 104/2004, 179/2003 e 143/2003, cujas ementas colaciona;

x) a doutrina admite a possibilidade de crédito sobre despesas viabilizadoras da atividade do serviço prestado, consoante excerto que colaciona;

xi) pensar de outra forma seria negar vigência a não-cumulatividade positivada no parágrafo 12, do artigo 195, da CF, pois que é vedado ao legislador ordinário estabelecer regra que torne o PIS e a COFINS cumulativos, consoante entendimento de doutrinador cujo excerto colaciona;

xii) portanto, reconhecendo-se a acepção comum do termo 'insumo' dentro da legislação do PIS e COFINS, pela sua relação direta com o faturamento, deve-se admitir que todos os custos incorridos pelo contribuinte com a prestação de serviços são "insumos";

xiii) pelo exposto, requer a declaração de insubsistência do Despacho Decisório em questão.

#### 4. É o relatório."

Cientificada do Acórdão em 17/12/2009 (AR anexo à e-fl. 968), por meio do COMUNICADO DeinUSPO/Diort No 64212009, a contribuinte (ITAU SEGUROS S/A (sucessora por incorporação -de UNIBANCO SEGUROS S.A, anteriormente denominada UNIBANCO AIG SEGUROS S/A)), igualmente inconformada com a decisão proferida pela Autoridade Julgadora de 1ª Instância Administrativa, quando da análise de sua Manifestação de Inconformidade, apresenta recurso voluntário (e-fls. 970 a 1004) em 18/01/2010, na qual afirma "que o presente decisum in totum não merece prosperar, notadamente porque passou ao largo, com o devido acatamento, de questões de fato e de direito (premissas, conceitos e questões de legalidade) que não foram corretamente enfrentadas pelo vergastado arresto", reprisando os argumentos apresentados na manifestação de inconformidade e rechaçando as premissas utilizadas no Acórdão DRJ nº 16-23.550 – 8ª Turma da DRJ/SP1 para sustentar a decisão da Autoridade Administrativa da RFB.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001

Autenticado digitalmente em 05/09/2014 por MARIA DA CONCEICAO ARNALDO JACO, Assinado digitalmente em 05/09/2014 por MARIA DA CONCEICAO ARNALDO JACO, Assinado digitalmente em 07/09/2014 por WALBER JOSE DA SILVA

Impresso em 31/10/2014 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

Por entender relevante, esclarece qual era à época dos fatos a efetiva "prestação de serviços" (objeto social) da Garantech, com base no "Contrato de Prestação de Serviços na Contratação de Garantias Complementares" firmado entre a seguradora Garantech e sua principal rede varejista parceira, visando com isso, segundo suas palavras, obter deste colegiado o acatamento de que as despesas glosadas verdadeiramente se enquadram perfeitamente como efetivo "insumo" da atividade empresarial da Recorrente, que, segundo defende, deve ser compreendido como toda e qualquer despesa essencial para a atividade da Recorrente, e, portanto, passível de apropriação do crédito outrora glosado.

Argúi ainda que:

*"As IN/SRF 247/02 e 404/04 interpretaram o termo "insumos" em seu sentido estrito, amoldando-o à forma prevista no Regulamento do IPI (art. 164, I), o que as torna viciadas de ilegalidade, pois o conteúdo e o alcance dos decretos, e de quaisquer outros atos normativos infra-legais, restringem -se aos das leis em função dos quais sejam expedidos (art. 99 e 100, I, do CTN)."*

*Logo, a toda evidência, não se pode simplesmente emprestar ao conceito de "insumos", para fins da legislação do PIS e da COFINS, a mesma conceituação dada pela legislação do IPI. Posto que "insumos", para esse imposto, têm um significado técnico próprio e específico à atividade industrial (sentido estrito), enquanto para o PIS e COFINS "insumos" têm um significado comum (sentido lato), haja vista, reitere-se, o claro silêncio das Leis 10.637/02 e 10.833/03 neste tocante.*

*Deve-se levar em consideração que o conceito de insumo para o IPI está • estritamente relacionado a cada produto industrializado, resultante da aplicação de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem . Ao passo que, com relação ao PIS e COFINS, o conceito de "insumos" se refere com a totalidade das receitas auferidas (faturamento) pelo contribuinte, as quais, inexoravelmente, para serem obtidas, exigem que o contribuinte incorra num conjunto de custos e despesas.*

(...)

*Ademais, se a tributação deve recarregar sobre o valor agregado ao preço dos seus produtos, é porque está assegurado o direito de se tomar créditos em relação aos bens, serviços e encargos que, se transformam em custos de produção ou em despesas operacionais, mormente quando tais custos e despesas estão intrinsecamente vinculados à obtenção das receitas tributáveis por tal contribuição social. Eis que pensar de outra forma é o mesmo que negar vigência a não-cumulatividade positivada no §12, do art. 195, da--- Carta Magna, pois é vedado ao legislador ordinário estabelecer qualquer regra que torne o \_ PIS e COFINS cumulativos.*

(...)

*Portanto, reconhecendo-se a acepção ampla do termo "insumos" dentro da legislação do PIS e COFINS, pela sua direta relação com o faturamento deve se então admitir que todos os custos incorridos pelo contribuinte com a prestação do serviço são "insumos".*

*Desta feita, o acatamento das razões aqui lançadas para reforma do decisum recorrido é medida que se impõe, pois restou plenamente caracterizada como "insumo", na sua concepção ampla e comum, todas as despesas assumidas pelo Recorrente com a remuneração das redes varejistas pela prestação do serviço de intermediação, especialmente, porque tais se amoldam perfeitamente aos requisitos implicitamente impostos pelas Leis 10.637/02 e 10.833/03, afastando-se as ilegais restrições trazidas a lume pelas malfadadas Instruções Normativas SRF nº 247/02 e 404/04."*

E, requer que seja dado integral provimento ao seu recurso voluntário, de tal sorte que seja b totalmente a decisão recorrida.

Na forma regimental, o processo foi a mim distribuído.

Assim, o presente processo foi pautado para ser julgado na sessão de 26/03/2014, quando naquela ocasião foi concedido vista ao conselheiro Gileno Gurjão Barreto, retornando a julgamento na Sessão de 23/04/2014.

Nesta, o patrono, quando de sua defesa oral na Tribuna, traz ao conhecimento do Colegiado questão de prejudicialidade em face, segundo alega, de decisão superveniente e favorável à contribuinte proferida no processo nº 16327. 000635/2009-19 que se refere à Auto de Infração de COFINS não-cumulativa recolhida insuficientemente, dos fatos geradores ocorridos entre junho e dezembro de 2004, decorrente de glosa de insumos, tendo em vista que a contribuinte teria registrado como crédito, em seus registros contábeis, as despesas relativas aos serviços de intermediação de venda de garantia, o qual era prestado por terceiros e que, na visão do autuante, seriam indevidos. Em face dessa questão de prejudicialidade foi concedido vistas ao Conselheiro Alexandre Gomes, retornando a Julgamento nesta Sessão.

É o relatório.

## **VOTO**

**Conselheira MARIA DA CONCEIÇÃO ARNALDO JACÓ**

O Recurso voluntário é tempestivo e atende aos demais requisitos de admissibilidade, razão pela qual poder-se-ia dele tomar conhecimento. Entretanto, face à arguição de prejudicialidade trazida pelo o patrono na Tribuna, passa-se a efetuar preliminarmente a análise dessa questão.

Como relatado, o presente processo nº 16327.000106/2009-15 foi formalizado em face de Representação para análise manual de Declarações de Compensação formalizadas com a utilização do programa PERD/COMP e encaminhadas por meio da internet.e refere-se à créditos de COFINS apurados pelo regime não-cumulativo, abrangendo o Período de Apuração de 01/02/2004 a 31/12/2004.

O cerne da questão consiste em saber se as despesas da Seguradora com serviços de intermediação de venda de garantia estendida, lançadas em sua contabilidade sob as rubricas "comissão de intermediação" e "comissão de prospecção" podem ser classificadas como insumos para fins de creditamento, no caso, da COFINS não-cumulativa.

Por sua vez, em face de apuração de saldo devedor em decorrência de tais glosas, foram lavrados Autos de Infração de PIS e COFINS no processo nº 16327.000635/2009-19, em 26/06/2009 (Portanto, posterior ao Despacho Decisório proferido no processo ora sob análise). Neste, foi iniciado litígio, tendo sido o Recurso Voluntário interposto contra o Acórdão da DRJ I, em São Paulo/SP, ali proferido, votado no CARF, por meio do AC 3401-002.213, em 23/04/2013, onde o relator, na verdade, julgou a questão das glosas de créditos dos serviços de vendas de garantia complementar e prospecção, dando provimento ao Recurso Voluntário, conforme ementa que a seguir se transcreve:

*“ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL COFINS*

*Período de apuração: 30/06/2004 a 31/12/2004*

*PIS/COFINS NÃO-CUMULATIVA. SEGURADORA DE GARANTIA ESTENDIDA. SERVIÇO DE VENDA DO SEGURO. GERAÇÃO DE CRÉDITO. POSSIBILIDADE.*

*Deve-se considerar como insumo, para fins de crédito do PIS e da COFINS não-cumulativos, todo bem ou serviço essencial à atividade da empresa. In casu, a terceirização do serviço de prospecção e de venda do seguro é imprescindível à atividade da Recorrente, motivo pelo qual se classifica como insumo e gera crédito do PIS e da COFINS não-cumulativos.*

*Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.*

*ACORDAM os membros da 4ª câmara /1ª turma ordinária da terceira SEÇÃO DE JULGAMENTO, por maioria de votos, em dar provimento ao Recurso Voluntário interposto. Vencido o Conselheiro Júlio César Alves Ramos.”*

Em pesquisa ao Sistema “e-processo”, constata-se que referido processo encontra-se na atividade “Analisa Recurso Especial”, sob a responsabilidade do Conselheiro Júlio César Alves Ramos.

Denota-se, pois, que há coincidência de questão para fins de crédito da COFINS não-cumulativos (glosa de insumos atinentes a serviços de vendas de garantia complementar, a título de "Comissão de Intermediação" e "Comissão de Prospecção"), e de alguns dos períodos de apuração (Junho/2004 a dez/2004) entre os dois processos.

De modo que, já tendo sido julgado o Recurso Voluntário no Processo nº 16327.000635/2009-19, torna-se necessário aguardar a decisão definitiva daquele processo, em face da coincidência de fatos e de alguns dos períodos constantes deste processo, o que, a princípio, causa vinculação deste ao que for julgado naquele processo, no mínimo, quanto aos períodos de apuração coincidentes.

## CONCLUSÃO

Diante do acima exposto, conduzo o meu voto no sentido de converter o presente julgamento em diligência, com o envio deste processo à unidade de origem para que se aguarde o trânsito em julgado do processo nº 16327. 000635/2009-19, após o que, seja

anexada cópia da decisão definitiva do referido processo, com a posterior devolução deste para que seja dada seqüência ao julgamento neste colegiado.

É como voto.

(Assinado digitalmente)

Maria da Conceição Arnaldo Jacó Relatora.